



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

As diretrizes GRI e o perfil histórico de publicação de relatórios de sustentabilidade no Brasil e no mundo

RAFAEL ALVES DE ARAUJO CASTILHO

Centro Universitário UNA
castilho.gestao@gmail.com

FERNANDA CARLA WASNER VASCONCELOS

Centro Universitário UNA
fernanda.wasner@prof.una.br



as diretrizes gri e o perfil histórico de publicação de relatórios de sustentabilidade no brasil e no mundo

Resumo

O Relatório de Sustentabilidade tem se consolidado como um dos instrumentos utilizados pelas organizações para a comunicação das suas práticas e do seu desempenho em relação aos pilares do desenvolvimento sustentável. Referenciais para a elaboração e aperfeiçoamento desses relatórios são necessários e as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) se destacam como um dos parâmetros relevantemente utilizados em todo o mundo, atribuindo materialidade e comparabilidade aos relatos. Portanto, a adesão pela utilização dessas diretrizes também tem sido uma prática para as organizações brasileiras. Logo, o objetivo deste artigo é analisar o histórico de publicação de Relatórios de Sustentabilidade no Brasil e no mundo, assumindo como modelo de referência as diretrizes da GRI. A metodologia deste estudo apresenta abordagem qualitativa de cunho exploratório, com a utilização de procedimentos que incluem a realização de uma pesquisa bibliográfica para suporte teórico e uma análise documental da Lista de Relatórios da GRI no período de 1999 a 2015. Como resultado observou-se que em esfera mundial e nacional houve um crescimento continuado de publicação de Relatórios de Sustentabilidade durante o período analisado, contudo, percebe-se que nos últimos três anos uma perspectiva de estabilização do número de relatórios divulgados.

Palavras-chave: Relatórios de Sustentabilidade; Global Reporting Initiative; GRI. Sustentabilidade.

Abstract

Sustainability Report has consolidated as a instruments used for organizations to communicate your practices and its performance about the pillars of Sustainable Development. Guidelines to prepare and to improve these reports are required and the Guidelines of the *Global Reporting Initiative* (GRI) emerges as a relevant parameter used worldwide, attributing materiality and comparability to the reports. Therefore, the adherence by using these Guidelines also has been a practice for the Brazilian Organizations. So, the purpose of this article is to analyze the history of Sustainability Reports Publication in Brazil and worldwide, taking as reference the GRI Guidelines. The methodology of this study is a qualitative approach with an exploratory research, realizing a bibliographic research procedures to include a theoretical support and a documentary analysis of the GRI Reports List from 1999 to 2015. As a result it has observed a continued growth level of Sustainability Reports publication in global and national during the analyzed period, however, it has perceived a stabilization of the number of published reports in the last three year.

Keywords: Sustainability Reports; Global Reporting Initiative; GRI. Sustainability.



1 Introdução

No amadurecimento das discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável e seus pilares ambiental, econômico e social, o Relatório de Sustentabilidade se tornou uma das formas utilizadas pelas organizações para a comunicação das suas práticas e resultados. Referenciais para a construção e estruturação conceitual são necessários para a elaboração desses relatórios. Portanto, a adesão pela utilização de modelos de referência para evidenciar adequadamente a prática dos pilares da sustentabilidade nas organizações tem se fortalecendo no Brasil e no mundo. Logo, esse se torna o objeto do estudo proposto, considerando uma reflexão sobre o histórico de publicação de Relatórios de Sustentabilidade no Brasil e no mundo, assumindo como modelo de referência as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

As diretrizes da GRI representam um instrumento reconhecido mundialmente como uma importante referência para qualquer organização elaborar seu Relatório de Sustentabilidade. Suas orientações permitem padronização e comparabilidade entre os Relatórios, além de fomentar continuamente uma gestão orientada para o Desenvolvimento Sustentável e para a apresentação do desempenho organizacional em relação aos pilares da sustentabilidade (GRI, 2013; GRI, 2013a).

Em 2013, foi publicada a geração 4 das diretrizes da GRI, conhecida como GRI G4. As diretrizes da GRI trabalham com a apresentação de um conjunto de conteúdos, chamados de padrões específicos, que se referem às informações de sustentabilidade que precisam ser apresentadas pelas organizações na forma de programas, práticas, iniciativas ou de indicadores. Esses conteúdos são divididos nas categorias econômica, ambiental e social, representando os três pilares da sustentabilidade reconhecidos objetivamente nas diretrizes da GRI. Diferentemente das categorias econômica e ambiental, a categoria social ainda se divide nas subcategorias: práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Contudo, ressalta-se que a GRI não aborda as dimensões política e cultural de acordo com as discussões sobre sustentabilidade propostas por alguns autores como Sachs (1993), que apesar dessas dimensões terem a relação com os aspectos sociais, não serão debatidas nesse estudo.

De acordo com Campos et al. (2013), as organizações têm reconhecido os Relatórios de Sustentabilidade como instrumento que atribui maior transparência e integridade sobre o seu desempenho de sustentabilidade fortalecendo a relação entre a sociedade e o meio ambiente. O aumento da adesão pela elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade é motivado pela percepção dos benefícios desses relatórios para as organizações e está diretamente relacionado à construção de uma reputação corporativa mais transparente e também à oportunidade de responder de forma estruturada às demandas sobre a responsabilidade socioambiental e econômica às partes interessadas nas atividades das organizações, dentre outros motivadores.

As diretrizes da GRI têm sido aplicadas de forma contínua por organizações no processo de elaboração dos seus Relatórios de Sustentabilidade e de orientação das suas práticas de sustentabilidade, alcançando resultados tangíveis e intangíveis que representam os propósitos para os quais elas foram desenvolvidas. Portanto, se torna condição para as organizações contemporâneas a implantação, avaliação e prestação de contas por organizações, de qualquer um dos setores, para evidenciar uma gestão sustentável, orientada por diretrizes reconhecidas mundialmente como referência para comunicar a aplicação dos pressupostos do Desenvolvimento Sustentável. A elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade ainda pode permitir suporte às práticas intersetoriais e promover de forma



efetiva a mobilização dos sujeitos que possuem interesse nessas organizações por meio do amadurecimento do conhecimento conceitual dos pilares da sustentabilidade

Enfim, este artigo analisará o perfil de crescimento no Brasil e no mundo das publicações de Relatórios de Sustentabilidade no período de 1999 a 2015, ou seja, desde da primeira versão do GRI, com o propósito de perceber o nível de adesão das organizações na utilização de referenciais para elaboração de seus relatos de sustentabilidade. Nesse contexto, o estudo possui relevância diante dos debates sobre inovações sociais e desenvolvimento local quando se percebe que as diretrizes do GRI e os Relatórios de Sustentabilidade são considerados como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável e pode promover inovações nas organizações que o implementam, assim como nas iniciativas de sustentabilidade implantadas por essas organizações. Logo, as inovações sociais e ambientais são estimuladas pelo desenvolvimento de parcerias estratégicas, da participação social e da construção de conhecimentos em rede, na esfera local e global em consonância com o conceito inicial de Desenvolvimento Sustentável proposto no Relatório de Brundtland.

2 Referencial Teórico

No contexto de reflexão sobre o perfil de publicações dos Relatórios de Sustentabilidade, inicialmente torna-se necessária a delimitação da visão de diferentes autores sobre os pilares do Desenvolvimento Sustentável e referências utilizadas para orientar organizações a realizarem a divulgação de suas práticas ambientais, sociais e econômicas por meio dos relatórios.

Conforme Pelicioni (1998) a sociedade atual estabelece um novo paradigma baseado na necessidade em manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos, das culturas e modos de vida, sustentadas em opções econômicas e tecnológicas diferenciadas, com vínculo principal ao desenvolvimento harmonioso das pessoas e de suas relações com o conjunto do mundo natural.

Assim, a comunidade, as organizações privadas, públicas e do terceiro setor iniciam um processo de relacionamento que buscam a atuação integrada em prol da melhoria contínua das condições sociais e ambientais que objetivam dentre vários outros fatores a maximização da qualidade social e ambiental, e o fortalecimento de suas relações fundamentadas nas necessidades e objetivos específicos de cada ator.

As reflexões relacionadas à sustentabilidade são estruturadas do conhecimento histórico e conceitual da discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável e remetem à uma análise crítica do modelo atual de atitudes individuais e coletivas, do próprio consumo e das suas relações sociais, políticas e econômicas.

De acordo com Braga et al. (2005), o conceito de Desenvolvimento Sustentável proposto pela Comissão Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1987, em seu relatório final com o título “Nosso Futuro Comum” é: “Atender às necessidades da geração presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”. Portanto, pode-se relacionar o conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado com a compreensão da sustentabilidade como a atuação da organização que promova seu desenvolvimento de forma equilibrada em três pilares básicos, econômico, social e ambiental.

No Relatório Nosso Futuro Comum emitido em 1987, também conhecido como Relatório de Brundtland, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1991), o prefácio da Presidente da Comissão, Gro Harlem Brundtland, elenca informações que contextualizam a discussão proposta por neste estudo uma vez que ressalta a importância do homem e do pilar social nas discussões sobre Desenvolvimento Sustentável.



A presidente Brundtland aponta o potencial erro que seria a Comissão considerar somente as questões ambientais, como proposto nas discussões iniciais sobre suas atribuições. No prefácio do relatório, a presidente destaca que o meio ambiente não é um elemento desvinculado das ações, ambições e necessidades humanas. Logo, para defendê-lo, torna-se necessária a compreensão dos problemas humanos. Assim como a limitação do emprego da palavra “desenvolvimento” como um processo necessário de enriquecimento das nações pobres, o que causou a não apropriação abrangente do termo, pelas pessoas o considerarem específico à assistência ao desenvolvimento (CMMAD, 1991), o que contribuirá no debate sobre o desenvolvimento local a ser apresentado.

No Relatório (CMMAD, 1991), a pobreza, a desigualdade e a deterioração ambiental são elementos inter-relacionados e representam o desperdício de oportunidades e recursos. Portanto, assumem a necessidade de uma nova fase de crescimento econômico, convincente e duradouro sob a perspectiva social e ambiental. Esse compromisso em orientar uma nova fase para o crescimento estimulou as reflexões para a delimitação do conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado no Relatório, disseminado e utilizado em todo o mundo, visto seu ineditismo e a expectativa pelos resultados que sua implementação poderia gerar.

No contexto da capacidade de suporte do planeta às demandas humanas e da sociedade salienta-se as limitações resultantes de recursos naturais finitos, da dificuldade de restauração do meio ambiente e de sua recuperação natural. Dias (2004) traz para esse debate, o desenvolvimento ambientalmente sustentável, no qual vincula o desenvolvimento econômico e o bem-estar do ser humano à dependência dos recursos do planeta, destacando a necessidade de interrupção da degradação ambiental, e do manejo sustentado e eficiente dos recursos da Terra para o atendimento às necessidades dos seres vivos que nela estão.

O autor ainda discorre sobre o desenvolvimento socialmente sustentável, no qual relata sobre a importância da participação, da organização, da educação e do fortalecimento das pessoas para que ele ocorra. Dessa forma, as pessoas representam o elemento central das preocupações concernentes ao desenvolvimento, e que para ser sustentável não deve se limitar “aos recursos e meio ambiente, mas também à cultura, história e sistemas sociais do local onde ocorre” (DIAS, 2004, p. 226).

Portanto, para a análise teórica proposta, será utilizado o conceito de Desenvolvimento Sustentável definido no Relatório Nosso Futuro Comum da Comissão Nacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sendo:

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras antederem também às suas (CMMAD, 1991, p.9).

No trecho apresentado que delimita a conceituação de Desenvolvimento Sustentável permite perceber uma afirmação usualmente suprimida na divulgação desse conceito, que é a atribuição de capacidade à humanidade de realizar a mudança necessária para um novo modelo de desenvolvimento. Essa nova era de crescimento econômico, que contemple as demandas ambientais e sociais do presente e considerem as demandas das futuras gerações, possuem limitações de tecnologia e da organização social que podem ser geridas e aperfeiçoadas na relação com os recursos naturais e capacidade de o planeta absorver os efeitos das ações antrópicas. Um elemento também destacado como pressuposto do Desenvolvimento Sustentável é o atendimento às necessidades básicas de todos e oportunizar a todos a melhoria de vida que desejarem (CMMAD, 1991).



Utilizando a referência do atendimento das necessidades básicas abordada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), valores destacáveis são apontados no Relatório como a questão da garantia da equidade, que poderia ser assegurada por sistemas políticos com a participação dos cidadãos na tomada de decisões, e maior democracia nos processos de tomada de decisões em âmbito internacional.

Logo, consolidando o conceito que será utilizado como referência para esse estudo, o Desenvolvimento Sustentável conforme CMMAD (1991) representa um processo de mudança no qual a relação entre as necessidades atuais e futuras definem o perfil de exploração dos recursos naturais, humanos e outros, a orientação dos investimentos, os caminhos e objetivos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional.

É interessante citar que a apresentação conceitual do Desenvolvimento Sustentável e das principais variáveis que o compõe, social, ambiental e econômico, não tem a pretensão de limitar as discussões sobre o desenvolvimento quando se tem destacado a influência humana ou os impactos no e sobre o meio ambiente. A Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, resultante da Conferência de Estocolmo em 1972, aborda que para se assegurar uma vida e trabalho favorável ao homem e criar condições necessárias para que seja possível a melhoria da qualidade de vida no Planeta, os desenvolvimentos econômico e social são indispensáveis (DIAS, 2004).

Assim, as ações, programas e resultados sociais, ambientais e econômicos das organizações apresentados nos seus Relatórios de Sustentabilidade, permitem a análise da mudança institucional em prol do Desenvolvimento Sustentável e o amadurecimento da percepção da importância do homem como sujeito transformador nesse processo. Logo, a divulgação referente à promoção de iniciativas de sustentabilidade tornou-se importante com o avanço dos debates sobre as questões socioambientais. Uma das formas de comunicação dessas informações são os Relatórios de Sustentabilidade que também foram evoluindo no decorrer do tempo.

Como parâmetro para tangibilizar esse processo de comunicação, as diretrizes da GRI representam uma ferramenta reconhecida pelas organizações no mundo como uma referência para o alinhamento e disseminação da prática de elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. Como a base de categorias apresentadas na GRI contempla a apresentação dos pilares da sustentabilidade, elas se tornam objeto plausível de análise, quando se é reconhecido que a compreensão dos elementos ambientais, sociais e econômicos representa um processo contínuo de aperfeiçoamento.

Daub (2007) destaca que os Relatórios de Sustentabilidade foram precedidos de três diferentes tipos de relatórios, os Relatórios Sociais, Ambientais e os Anuais. O autor relata que em 1970 a necessidade de balanços sociais sobre os aspectos sociais relativos às atividades organizacionais incentivou a apresentação de Relatórios Sociais. No fim da década de 1980, com o foco nas questões ambientais, esses relatórios passam, em alguns casos, a incluir também elementos relativos à saúde e à segurança, então, apareceram os Relatórios Ambientais. Em meados da década de 1990, iniciaram a elaboração dos Relatórios Anuais que passam a incluir informações de aspectos éticos, sociais e ambientais das atividades da organização. Logo, nessa perspectiva do relato de apresentação de informações qualitativas e quantitativas em relação a aspectos da sustentabilidade que surgiram os Relatórios de Sustentabilidade. Esses relatórios evoluíram e se adaptaram às tendências de mercado, tanto em relação ao conteúdo como em formato, sendo que muitas empresas passaram a adotar o padrão proposto pela Global Reporting Initiative (GRI) na década de 1990.

A GRI é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1997, com sede em Amsterdã, na Holanda. Representa uma rede internacional de organizações e foi criada como iniciativa conjunta da United Nations Environmental Program (UNEP) e da Coalition for



Environmentally Responsible Economies (CERES). É reconhecida por autores como Daub (2007) como a organização de referência de modelo e procedimentos para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade.

No que tange a estrutura proposta pelas diretrizes da GRI, essa contempla os pilares econômico, ambiental e social no contexto da sustentabilidade, e apresenta aspectos para cada um desses pilares, que representam os temas das informações qualitativas e quantitativas que as organizações precisam apresentar. A Tabela 1 apresenta as categorias e os aspectos correlatos a cada uma delas.

Tabela 1
Categorias e aspectos das diretrizes GRI – G4

| Categoria | Subcategoria | Aspectos |
|-----------|--|---|
| Econômica | - | Desempenho Econômico Presença no Mercado Impactos Econômicos Indiretos Práticas de Compra |
| Ambiental | - | Materiais Energia Água Biodiversidade Emissões Efluentes e Resíduos Produtos e Serviços Conformidade Transportes Geral Avaliação Ambiental de Fornecedores Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais |
| Social | Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente | Emprego Relações Trabalhistas Saúde e Segurança no Trabalho Treinamento e Educação Diversidade e Igualdade de Oportunidades Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas |
| | Direitos Humanos | Investimento Não Discriminação Liberdade de Associação e Negociação Coletiva Trabalho Infantil Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo Práticas de Segurança Direitos Indígenas Avaliação Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos |
| | Sociedade | Comunidades Locais Combate à Corrupção Políticas Públicas Concorrência Desleal Conformidade Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade |



| Categoria | Subcategoria | Aspectos |
|-----------|-------------------------------|--|
| Econômica | - | Desempenho Econômico Presença no Mercado Impactos Econômicos Indiretos Práticas de Compra |
| Ambiental | - | Materiais Energia Água Biodiversidade Emissões Efluentes e Resíduos Produtos e Serviços Conformidade Transportes Geral Avaliação Ambiental de Fornecedores Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais |
| | Responsabilidade pelo Produto | Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade Saúde e Segurança do Cliente Rotulagem de Produtos e Serviços Comunicações de Marketing Privacidade do Cliente Conformidade |

Nota. Fonte: Global Reporting Initiative (2013). G4 Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: Princípios para relato e conteúdos padrão (p.9). São Paulo: Global Reporting Initiative.

Logo, a geração 4 das diretrizes da GRI representa a quinta versão desse modelo, e esse estudo se limitará à reflexão sobre o histórico das versões das diretrizes da GRI e da aderência das organizações por essas diretrizes e suas versões para a publicação de seus Relatórios de Sustentabilidade. Por fim, a reflexão sobre o histórico da evolução das diretrizes e de sua utilização pelas organizações no decorrer do tempo é elemento relevante para perceber o amadurecimento da prática de relato de sustentabilidade, e conseqüentemente a maximização das possibilidades de alcance dos resultados esperados dos modelos e instrumentos de gestão utilizados, assim como das iniciativas e indicadores de sustentabilidade definidos e implementados pelas organizações.

Conforme a GRI (2013), a versão G4 das diretrizes é resultante de um processo participativo de relatores, usuários dos relatórios e profissionais de todo o mundo e mantém o propósito de estabelecer conteúdos e indicadores que foram acordados internacionalmente para que as informações prestadas pelas organizações, que utilizarem as diretrizes da GRI como referência, possam ter seus dados acessados e comparados pelas diferentes partes interessadas. A nova geração das diretrizes ainda possui como objetivo contribuir com a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade com informações relevantes para a organização e tornar padrão a prática de relato da sustentabilidade.

Ainda de acordo com a GRI (2013), considerando a evolução das suas diretrizes, a sua última geração enfatiza uma elaboração de Relatórios de Sustentabilidade focadas em itens materiais para as atividades da organização e para as principais partes interessadas. Esse foco é tratado pelo GRI como materialidade dos relatórios e está relacionado à sua relevância, confiabilidade e compreensibilidade das informações e indicadores apresentados. Logo, representa uma referência internacional para a padronização de elaboração de relatórios, maximizando o perfil de transparência e consistência para que a informações prestadas pelas organizações sejam úteis e confiáveis perante aos mercados e à sociedade. Portanto, justifica-



se a utilização contínua das diretrizes da GRI pelas organizações de todos os portes e setores, acompanhando seus aperfeiçoamentos apresentados por suas gerações, pois além de servirem como orientadoras para apresentação de informações em Relatórios de Sustentabilidade, também são referências para a apresentação desses conteúdos de sustentabilidade em outros formatos de relatórios, como relatórios anuais de administração, relatórios integrados, relatórios normativos específicos, entre outros.

Em uma apresentação qualitativa sobre as Diretrizes GRI, e nessa ocasião destacada a Geração 4 pela sua atual vigência, os conteúdos e estrutura dos relatórios necessitam observar o cumprimento de princípios estabelecidos pelas Diretrizes. Portanto, a reflexão sobre esses princípios contribui com a percepção da consistência atribuída aos requisitos das Diretrizes e que estimulam e justificam a sua utilização como padrão para elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade. Esses princípios são classificados em atributos e estão apresentados juntamente com sua descrição na Tabela 2.

Tabela 2

Princípios estabelecidos pelas diretrizes GRI – G4

| ATRIBUTO | PRINCÍPIO | DESCRIÇÃO |
|------------------------------------|------------------------------|--|
| Definição do Conteúdo do Relatório | Inclusão de stakeholders | A organização deve identificar seus stakeholders e explicar no relatório as medidas que adotou para responder às expectativas e interesses razoáveis dessas partes. |
| | Contexto da sustentabilidade | O relatório deve descrever o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade. |
| | Materialidade | O relatório deve abordar Aspectos que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização; ou possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões de stakeholders. |
| | Compleitude | A cobertura de Aspectos materiais e seus limites deve ser suficientemente ampla para refletir impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que stakeholders avaliem o desempenho da organização no período analisado. |
| Assegurar a Qualidade do Relatório | Equilíbrio | O relatório deve refletir Aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do seu desempenho geral. |
| | Comparabilidade | A organização deve selecionar, compilar e relatar as informações de forma consistente. As informações relatadas devem ser apresentadas de modo que permita aos stakeholders analisar mudanças no |
| | Exatidão | As informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os stakeholders possam avaliar o desempenho da organização relatora. |
| | Tempestividade | A organização deve publicar o relatório regularmente e disponibilizar as informações a tempo para que os stakeholders tomem decisões fundamentadas. |
| | Clareza | A organização deve disponibilizar as informações de forma compreensível e acessível aos stakeholders que usam o relatório. |
| | Confiabilidade | A organização deve coletar, registrar, compilar, analisar e divulgar as informações e processos usados na elaboração do relatório de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações. |

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores, de acordo com Global Reporting Initiative (2013). G4 Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: Princípios para relato e conteúdos padrão (p.16-18). São Paulo: Global Reporting Initiative.

Diante dos princípios das diretrizes da GRI apresentados, o amadurecimento dos princípios da GRI para orientar o relato das organizações se alinham às das demandas atuais de relacionamento com os demais atores da sociedade e de estabelecimento de responsabilidades organizacionais perante esses atores. Portanto, torna-se relevante para as



organizações acompanhar essa evolução das diretrizes e melhorar seus relatórios e práticas de Sustentabilidade. Compreendendo isso as organizações têm incorporado às suas estratégias as dimensões social e ambiental correlatos às suas atividades e realizado a comunicação de suas práticas e resultados por meio dos Relatórios de Sustentabilidade divulgados para suas partes interessadas, porém para realizar a afirmação de que de fato isso é uma realidade atual, torna-se plausível a reflexão sobre o perfil de adesão das empresas referente à elaboração dos relatórios, sua publicação e utilização das diretrizes do GRI.

3 Metodologia

A metodologia deste estudo apresenta abordagem qualitativa de cunho exploratório. Os procedimentos incluem a realização de uma pesquisa bibliográfica, com enfoque nos temas Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade e seus pilares, Relatórios de Sustentabilidade e GRI, a partir de um levantamento realizado nos sites: Google Acadêmico, IBICT e SCIELO, em livros e revistas.

A pesquisa contou com uma análise documental baseada na Lista de Relatórios GRI, disponibilizada pela GRI em formato de planilha eletrônica Microsoft Excel, contemplando o banco de dados com a relação do histórico de todos Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Integrados¹ publicado até 01 de agosto de 2016. Essa análise documental teve como propósito fazer o levantamento da quantidade de relatórios publicados durante todo o período de tempo consolidado pela GRI, 1999 a 2015, em âmbito mundial e nacional. Salienta-se que os dados de 2016 não foram considerados pelo motivo de não estar com o levantamento anual concluído.

A análise contemplou o perfil histórico de publicações de Relatórios de Sustentabilidade por tipo de modelo de referência utilizado pelas organizações, sendo: *Non-GRI*², *GRI-Referenced*³, GRI-G1, GRI-G2, GRI-G3, GRI-G3.1 e GRI-G4. Os dados foram consolidados em tabelas e analisados na perspectiva mundial e nacional, o que permitiu a comparabilidade dos perfis de publicação para que as considerações referentes às tendências da adesão das organizações ao relato e à utilização das diretrizes, fossem discutidas.

4 Análise dos Resultados

Com a fundação do GRI, os relatórios publicados a partir de 1999 começam a utilizar as suas diretrizes como referência e acompanham as versões publicadas das diretrizes. Logo, de acordo com a GRI (2015), a versão G1 foi publicada em 2000, a versão G2 em 2002, a G3 em 2006, a G3.1 em 2011 e a geração G4 em 2013. De acordo com Terreo (2014), a evolução das Diretrizes da versão G1 para a G3 consistiu em mudanças em seu conteúdo que objetivaram maximizar a clareza das definições por meio do foco na materialidade dos relatos e pelos protocolos estabelecidos, o que permitiu maior compreensão das organizações em relação aos princípios para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade e estimulou a utilização das diretrizes. Complementarmente o aperfeiçoamento da versão G3 para a G4, consistiu em melhoria da qualidade técnica dos indicadores e protocolos, estabelecimento de

¹ De acordo com a GRI (2015, p.11), os Relatórios Integrados são aqueles que integram em um só relatório as divulgações não financeiras, como as informações socioambientais e as financeiras, além de informação econômica básica.

² Non-GRI – Relatórios nos quais a organização divulga informações sobre o seu desempenho econômico, ambiental, social e de governança, mas sem a referência de que está baseada nas Diretrizes da GRI.

³ GRI-Ref – Relatórios que fazem referência explícita por serem baseados nas Diretrizes da GRI, mas sem o índice de conteúdo GRI.



requisitos prescritivos sobre a materialidade e sobre a cadeia de fornecedores das organizações.

No contexto da evolução das diretrizes da GRI, na Tabela 3 encontram-se consolidadas as informações referentes ao número de relatórios emitidos por organizações em todo o mundo e comunicados à GRI, desde que iniciou a publicação de suas diretrizes para o relato de sustentabilidade. Os quantitativos estão agrupados por ano e por tipo de relatório, considerando o modelo de referência utilizado para a elaboração. Essa consolidação permitirá a visualização do perfil de crescimento da prática de relato de sustentabilidade e também as particularidades das versões das diretrizes da GRI utilizadas, ou até mesmo da condição de serem relatórios referenciados ou não no modelo GRI.

Tabela 3

Consolidação dos dados de publicação de Relatórios de Sustentabilidade no Mundo

| Tipo de Relatório | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Non-GRI | 1 | 4 | 8 | 11 | 15 | 26 | 42 | 82 | 142 | 166 | 192 | 315 | 815 | 1029 | 1132 | 1338 | 1379 |
| GRI-Referenced | 0 | 1 | 0 | 2 | 3 | 5 | 11 | 47 | 71 | 94 | 110 | 149 | 431 | 554 | 566 | 606 | 618 |
| G1 | 11 | 43 | 116 | 108 | 21 | 1 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| G2 | 0 | 0 | 7 | 37 | 141 | 281 | 373 | 436 | 152 | 24 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| G3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 105 | 609 | 1179 | 1596 | 2084 | 2488 | 1525 | 1239 | 773 | 320 |
| G3.1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1335 | 1959 | 1507 | 654 |
| G4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 61 | 1170 | 2554 |
| Total | 12 | 48 | 131 | 178 | 180 | 313 | 433 | 670 | 974 | 1463 | 1898 | 2548 | 3734 | 4443 | 4957 | 5394 | 5525 |

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores, de acordo com Global Reporting Initiative (2016). GRI Reports List. Amsterdam: Global Reporting Initiative.

Os dados apresentados demonstram um contínuo crescimento do número de empresas que relatam e publicam Relatórios de Sustentabilidade ou Relatórios Integrados destacando o ano de 2011 com um aumento de 1186 publicações, crescimento sustentado principalmente pelo número de organizações com relatórios classificados como *Non-GRI* e *GRI-Referenced*. Essas duas categorias de relatórios crescem de forma significativa em 2011, representando respectivamente, um aumento de 500 e 282 relatórios em relação ao ano anterior, sendo o maior número de relatórios publicados nessas classificações em todo histórico analisado.

Com o aperfeiçoamento contínuo das diretrizes da GRI, é possível perceber a transição de suas versões no decorrer do tempo, o que implica em um processo de transição de migração para nova geração das diretrizes para aquelas organizações que estão publicando seus relatórios. Portanto, é possível identificar na Tabela 3 a presença de mais de uma geração das diretrizes da GRI sendo utilizadas em alguns anos do histórico analisado. Essa característica é prevista pela GRI e é visualizada no período de 2002 a 2005 com a publicação de relatórios que utilizaram as versões G1 e G2 e no último ano também foi publicado um relatório na versão G3, de 2006 a 2008 são apresentados relatórios conforme as gerações G2 e G3, em 2012 apresentam-se publicações com as versões G3 e G3.1 e de 2013 a 2015 estão presentes no banco de dados relatórios que utilizaram como referência as diretrizes G3, G3.1 e G4. Nos demais anos, como 1999 e 2000 somente a primeira geração das diretrizes da GRI estava vigente, e no período de 2009 a 2011 os relatórios apresentados já utilizavam a versão G3.

De acordo com a GRI (2013, p.14) são as organizações que decidem sobre a transição para as novas versões das Diretrizes. Para o caso de relatórios elaborados de acordo com as Diretrizes G3 e G3.1 ainda serão reconhecidos por até dois ciclos completos, porém, os



relatórios deverão estar alinhados às Diretrizes G4 quando publicados após 31 de dezembro de 2015.

Cabe ainda salientar que apesar do significativo crescimento do número de relatórios publicados em 2011, o percentual de aumento de publicações por ano no período de 2012 a 2015 decresce, apresentando valores de 19%, 12%, 9% e 2% respectivamente, o que denota um processo de estabilização ou equilíbrio no número de relatórios publicados. Esse mesmo comportamento também pode ser observado no Figura 1 com os relatórios classificados como *Non-GRI* e *GRI-Referenced*, que contribuem com a análise global da quantidade de relatórios publicados e apresentado no banco de dados da GRI.

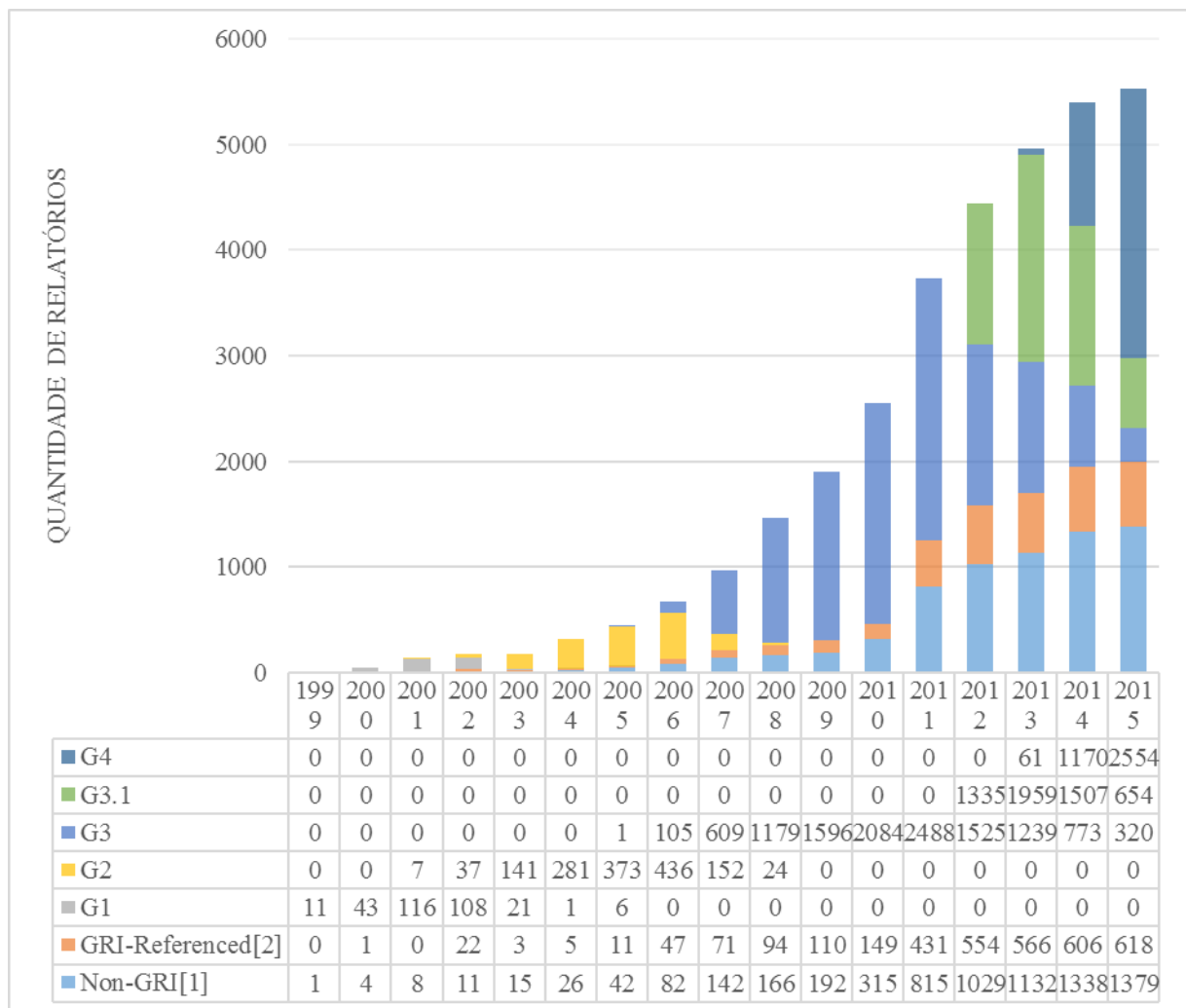


Figura 1. Perfil histórico de Relatórios de Sustentabilidade publicados no Mundo

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma vez apresentada a consolidação das informações para observação do histórico das versões e sua adesão pelas organizações na elaboração de seus relatórios, será apresentado o extrato brasileiro sob a mesma perspectiva para a comparabilidade do perfil de adesão organizacional. Logo, a Tabela 4 representa a compilação dos dados históricos de publicações de Relatórios de Sustentabilidade no Brasil.



Tabela 4

Consolidação dos dados de publicação de Relatórios de Sustentabilidade no Brasil

| Tipo de Relatório | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Non-GRI | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 | 5 | 11 | 12 | 12 | 14 | 12 | 16 | 17 | 21 | 37 |
| GRI-Referenced | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 4 | 2 | 2 | 2 | 1 | 3 | 4 | 17 | 6 |
| G1 | 0 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| G2 | 0 | 0 | 0 | 2 | 3 | 7 | 13 | 16 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| G3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 36 | 74 | 91 | 156 | 153 | 140 | 148 | 69 | 16 |
| G3.1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 49 | 93 | 81 | 46 |
| G4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 70 | 157 |
| Total | 0 | 2 | 2 | 6 | 5 | 8 | 17 | 23 | 54 | 88 | 105 | 172 | 175 | 208 | 262 | 258 | 262 |

Nota. Fonte: Elaborado pelos autores, de acordo com Global Reporting Initiative (2016). GRI Reports List. Amsterdam: Global Reporting Initiative.

No Brasil, diferentemente do comportamento mundial, o maior aumento em quantidade de relatórios no período analisado foi em 2010, um ano antes da mesma referência para a análise global. Porém, esse aumento no Brasil não está relacionado ou sustentado pelos relatórios classificados como *Non-GRI* e *GRI-Referenced*, como foi o caso apresentado na análise dos dados mundiais. Aliás, na perspectiva mundial os relatórios *Non-GRI* e *GRI-Referenced* correspondem em 2015 a 36,14% dos relatórios publicados e relacionados no Banco de Dados da GRI, enquanto no Brasil esse percentual é de 16,41%, o que pode representar que em relação à perspectiva mundial, as organizações brasileiras ainda estão em desenvolvimento da cultura de elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, mesmo que não estejam utilizando uma das versões vigentes das Diretrizes do GRI, o que poderia atribuir maior complexidade à elaboração do relatório e menor interesse das organização por essa dificuldade.

Essa afirmação ainda é fortalecida pelo fato de que os dados de número de relatórios classificados como *Non-GRI* e *GRI-Referenced* no Brasil oscilam no decorrer do histórico apresentado, não permitindo considerar que estejam em uma perspectiva de crescimento contínuo. O mesmo comportamento de oscilação também pode ser observado nos dados referentes ao Brasil após 2010, ano que representa maior de número histórico de relatórios publicados. Ou seja, de 2011 a 2015, os percentuais de aumento de relatórios publicados são respectivamente aos anos desse período, 2%, 19%, 26%, -2%, 2%. Constatação que fortalece a conclusão de que não se pode afirmar que o Brasil possui um cenário que demonstre o aumento da adesão das organizações em elaborar e publicar Relatórios de Sustentabilidade, principalmente se observados os valores totais de relatórios brasileiros presentes no Banco de Dados da GRI nos anos de 2013, 2014 e 2015, sendo consecutivamente 262, 258 e 262 relatórios, o que evidencia uma certa estabilização do número de relatórios nesses últimos três anos.

Ademais e concomitante à análise do cenário mundial e nacional, sob uma outra perspectiva, cabe salientar que seria interessante que as organizações utilizassem de fato as Diretrizes vigentes da GRI, o que atribuiria maior qualidade e comparabilidade aos relatórios publicados. Entretanto, a análises anteriores destacam a importância do crescimento de organizações elaborando e publicando seus Relatórios de Sustentabilidade, mesmo que fossem em modalidades que não utilizem todos os requisitos previsto nas Diretrizes GRI. Porém, esse cenário não sustenta em perspectiva para o cenário mundial e nem para o cenário brasileiro, pois em ambos se verifica uma relativa estabilização da quantidade de Relatórios



de Sustentabilidade sendo publicados, independente de utilizarem, referenciem ou não utilizarem as Diretrizes da GRI.

Cabe salientar nesse interim, que nas orientações sobre o Banco de Dados de publicações de relatórios da GRI são destacados que algumas organizações não publicam seus relatórios anualmente, logo, impactos de redução ou aumento de publicações nos valores absolutos apresentados podem ser resultantes dessa condição. Todavia, essa especificidade não impacta de forma objetiva a análise que foi realizada.

5 Considerações Finais

Retomando as percepções de Campos et al. (2013), reconhecendo os Relatórios de Sustentabilidade como instrumento que colaboram na disseminação das práticas e desempenho de sustentabilidade organizacional de forma transparente e íntegra, percebe-se que em esfera mundial e nacional houve um crescimento continuado de publicação de Relatórios de Sustentabilidade durante o período analisado, o que fortalece o propósito das diretrizes da GRI de maximizar, de forma materializada, a relação entre as organizações e suas partes interessadas.

Nesse contexto o perfil de crescimento de publicações no Brasil e no mundo pode ser percebida e a adesão das organizações pelo aperfeiçoamento dos seus relatos com a utilização das novas versões das diretrizes do GRI disponibilizadas. Contudo, percebe-se que nos últimos três anos o percentual de crescimento das publicações tem diminuído, traçando uma perspectiva de equilíbrio e estabilização do número de relatórios divulgados.

Por fim, essa constatação de estabilização do número de relatos nos últimos anos no Brasil e no mundo pode demonstrar indícios de que o processo para o alcance da sustentabilidade ainda terá desafios. Desafios que se iniciam com o propósito de buscar uma retomada do vigor pelo crescimento das iniciativas com foco no desenvolvimento sustentável, recortadas neste artigo pela adesão das organizações em elaborar seus Relatórios de Sustentabilidade e aperfeiçoá-los conforme o amadurecimento das diretrizes da GRI. Esse cenário resgata a reflexão da atual necessidade da identificação das causas dessa estabilização ou equilíbrio da publicação de relatórios, uma vez que é eminente a necessidade de ações que contribuam significativamente com o desenvolvimento sustentável, para o qual as organizações possuem relevante contribuição e que servem de indicação para direcionamento de novos estudos.

6 Referências

Campos, L. M. de S. et al. (2013). *Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative*. Revista Gest. Prod., São Carlos, v.20, n.4, p.913-926.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 430 p.

Daub, C. H. (2007). *Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach*. Journal of Cleaner Production, v.15, p.75-85. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.08.013>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

Dias, G. F. (2004) *Educação ambiental: princípios e práticas*. 9. ed. São Paulo: Gaia.



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

Global Reporting Initiative. (2013). *G4 Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: Princípios para relato e conteúdos padrão*. São Paulo: GRI.

Global Reporting Initiative. (2015). *Sustainability Disclosure Database. Data Legend*. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/GRI-Data-Legend-Sustainability-Disclosure-Database-Profiling.pdf>>. Acesso 27 ago. 2016.

Global Reporting Initiative. (2016). *GRI Reports List*. Amsterdam: Global Reporting Initiative.

Organização das Nações Unidas. (2012). *Declaração final da conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20): O futuro que queremos*. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável: Rio de Janeiro.

Pelicioni, M. C. F. (1998). *Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade*. Saúde soc. [online]. v.7, n.2, p.19-31.

Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond. 96 p.

Terreo, G. (2014) *Entrevista: Glaucia Terreo, representante da Global Reporting Initiative (GRI) no Brasil, fala sobre a evolução dos relatórios de sustentabilidade*. 14 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/entrevista-glaucia-terreo-representante-da-global-reporting-initiative-gri-no-brasil-fala-sobre-a-evolucao-dos-relatorios-de-sustentabilidade/>>. Acesso em: 03 set. 2016.